

**RELATÓRIO DE GESTÃO
REFERENTE AO ANO DE 2014**

ABRIL 2015

ÍNDICE

	Página
1. INTRODUÇÃO	3
2. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	6
3. RELATÓRIO E CONTAS	12
3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	12
3.2. CONTA DE GERÊNCIA	20
3.3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
3.3.1. CONTA DE RESULTADOS	21
3.3.2. BALANÇO	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório procede à síntese dos elementos contabilísticos referentes ao ano de 2014, apresentando igualmente um resumo das atividades desenvolvidas.

No plano financeiro concede-se primazia à abordagem dos aspetos relacionados com a execução orçamental, com a conta de gerência, com a demonstração de resultados e com o balanço.

Durante o período em apreço, os órgãos sociais da ESHTe registaram a seguinte composição:

Conselho Geral Presidente	Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras
Presidente	Raúl Manuel das Roucas Filipe
Vice-Presidente	Carlos Fernando Santiago Neto Brandão
Administrador	Vítor Manuel Pereira de Andrade
Conselho de Gestão	
Presidente	Raul Manuel das Roucas Filipe
Vogal	Carlos Fernando Santiago Neto Brandão
Vogal	Vítor Manuel Pereira de Andrade
Vogal	António Manuel Henrique Fernandes
Vogal	Carlos Manuel Torres
Conselho Técnico-Científico Presidente	Jorge Manuel Rodrigues Umbelino
Conselho Pedagógico Presidente	Francisco António dos Santos Silva

Por outro lado, através do Despacho n.º 9329/2014 dos Ministérios das Finanças e Educação e Ciência, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 137 — 18 de julho de 2014, foi nomeada, como fiscal único da ESHTe, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “*António Borges & Associados, SROC*”, com inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 69, pessoa coletiva n.º 502287934, com sede profissional na Rua Prof. Fernando da Fonseca, n.º 10 A, Esc. 6, 1600-618 Lisboa.

Importa igualmente ter presente que para a ESHTe manter o seu estatuto de Escola de referência a nível nacional e de aprofundar a sua imagem no plano internacional, tem que possuir uma estabilidade económico-financeira que lhe permita suportar sem sobressaltos a sua

atividade corrente. Assim, a presidência da ESHTe definiu como uma das suas prioridades a recuperação da situação económico-financeira da Escola.

Por outro lado, as últimas auditorias efetuadas pela Inspeção Geral do Ensino e da Ciência (IGEC) e pelo Tribunal de Contas também abordaram esta problemática, referindo a inexistência de um sistema de informação minimamente eficaz, com reflexos na dificuldade em se possuir uma gestão financeira adequada.

Neste sentido, a Presidência da ESHTe ao produzir o seu Plano Estratégico de Médio Prazo 2014/17, confirmou que um dos primados da sua intervenção assentaria na implementação de um conjunto de práticas em torno dos procedimentos administrativos que importa respeitar, além da operacionalização de um conjunto de suportes informativos que servissem de base a uma gestão eficaz e devidamente orientada para objetivos concretos.

Assim, em 2014, efetuaram-se as primeiras iniciativas tendentes a garantir que a contabilidade da Escola evoluísse para um verdadeiro instrumento de gestão, suscetível de produzir com regularidade indicadores de avaliação do desempenho económico e financeiro.

Em conformidade, criaram-se as condições para a implementação de um sistema contabilístico por centros de custo, o qual funcionou como piloto em 2014. Posteriormente, e após a análise de resultados que se encontra em fase de execução, pretende-se progredir para a integração dos módulos da Contabilidade Geral (que permitem efetuar análises comparativas plurianuais, orçamentação e simulações) e da Contabilidade Analítica (classe 9, Centros de Custos e Contabilidade por Funções), de forma a obter-se um controlo total sobre a função financeira da Escola.

Por outro lado, projeta-se a integração entre os sistemas informáticos dos recursos humanos, dos serviços académicos, de contabilidade e de tesouraria, além da introdução de um sistema renovado de avaliação regular da execução orçamental, o que também facilitará o desiderato de uma gestão orientada por objetivos e com instrumentos adequados para a sua monitorização.

Paralelamente, a Presidência e o Conselho de Gestão da ESHTe desenvolveram todos os esforços para garantir os níveis desejáveis de equilíbrio orçamental, na linha do controlo implementado a partir do último trimestre de 2013. Do ponto de vista orçamental e financeiro verificou-se que a gestão decorreu em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos e com grande

preocupação pelo cumprimento das normas em vigor e com um rigoroso controlo interno na utilização adequada dos recursos financeiros existentes.

Por outro lado, efetuou-se um esforço significativo para se dar observância às recomendações formuladas pelo Fiscal Único, nomeadamente, as relacionadas com a utilização e controlo das verbas do Fundo de Maneio, a verificação regular dos movimentos de todas as contas bancárias da Escola, a utilização do Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP) para o desencadeamento dos procedimentos de aquisições de bens e serviços, a explicitação no processo documental de cada componente cabimentada, a implementação de medidas de controlo sobre a armazenagem de bens, o cumprimento das normas de aquisição do sector público para as compras de matérias-primas, a melhoria no acompanhamento da execução de protocolos com terceiros e o acompanhamento mais documentado da execução orçamental em cada período.

A incidência dos aspetos atrás referidos, o acompanhamento atento de todos os procedimentos e processos por parte da Divisão dos Serviços Financeiros e Administrativos da ESHTe e a base de diálogo estabelecida com a empresa responsável pela contabilidade, com o Fiscal Único, com a Direção-Geral do Orçamento e com a Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência, foram fatores determinantes que contribuiriam fortemente para os resultados positivos observados em 2014, como seguidamente se demonstrará.

2. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Neste capítulo procede-se a uma súmula das atividades desenvolvidas, reproduzindo-se um excerto do Relatório de Atividades de 2014, o qual constitui uma peça autónoma, tal como preconiza a legislação sobre esta matéria.

Assim, interessa enfatizar que as ações desenvolvidas em 2014 encontram-se devidamente enquadradas através do Plano Estratégico de Médio Prazo (2014/17), o qual posiciona a intervenção da ESHTe em torno de dois grandes pólos. Um primeiro, de carácter estruturante, que se foca numa dimensão estratégica transversal e integrada, a qual procura criar as condições para a ESHTe consolidar a sua posição no contexto do ensino superior do turismo no contexto nacional e se transformar numa escola de referência internacional. Como eixos de atuação associados a este desiderato, podem-se destacar os seguintes, os quais já absorveram parte do conjunto de atividades desenvolvidas em 2014:

- Estabilização do posicionamento institucional no quadro do ensino superior público;
- Acompanhamento das iniciativas tendentes a resolver o problema das instalações;
- Sustentabilidade económico-financeira, por via da ampliação das receitas próprias e da racionalização das despesas;
- Modernização do campus escolar e estudo da possibilidade de criação de um centro de prestação de serviços à comunidade;
- Modernização e extensão dos cursos e programas;
- Qualificação do corpo docente;
- Desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada;
- Internacionalização progressiva da Escola.

No caso do segundo pólo, orientado para a dimensão operacional e identitária da Escola, o Plano Estratégico de Médio Prazo (PEMP) valoriza a integração dos vetores subjacentes às intervenções em áreas críticas do funcionamento da instituição, abrangendo as vertentes de carácter institucional, de ensino e organização académica, dos serviços e dos funcionários não docentes, dos funcionários docentes, dos alunos, da comunicação e da imagem, da comunidade interna e externa, da solidariedade e da responsabilidade social e ambiental.

De forma a se possuir uma perspetiva integrada das atividades desenvolvidas em 2014 no contexto geral dos programas e ações que constam do PEMP, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro 1
N.º de ações previstas por programa

Eixos estratégicos	Programas	N.º Ações previstas	
		2014/17	2014
Dimensão estratégica transversal e integrada	Posicionamento institucional no quadro do ensino superior público	5	5
	Campus escolar e instalações	7	5
	Sustentabilidade económico-financeira	6	5
	Modernização, qualificação e extensão dos cursos e programas	6	4
	Qualificação do corpo docente	5	1
	Desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada	8	1
	Internacionalização	9	3
	Subtotal	46	24
Dimensão operacional e identitária da Escola	Dimensão institucional	8	5
	Ensino e organização académica	7	6
	Serviços e funcionários não docentes	4	4
	Alunos	8	2
	Comunicação e imagem	8	3
	Comunidade interna e externa	8	5
	Solidariedade e responsabilidade social e ambiental	7	3
	Subtotal	50	28
Total geral		96	52

Fonte: Produção própria

Conforme se pode observar, das 96 ações definidas no PEMP, estabeleceu-se que 52 teriam concretização em 2014, ou seja, 54,2% do total. Por outro lado, separando-se pelos dois grandes domínios estratégicos de intervenção (“Dimensão estratégica transversal e integrada” e “Dimensão operacional e identitária da Escola”), o esforço imputável a 2014 era ligeiramente superior no segundo caso (56,0% das ações contra 52,2%), o que se explica pelo carácter mais operacional e imediato da tipologia de ações inclusas.

Passando ao confronto entre o programado e o executado em 2014, construíram-se os Quadros 2 e 3, reproduzidos nas páginas seguintes, os quais permitem aferir os desvios verificados em cada ação, utilizando-se para o efeito uma escala de avaliação que comporta as seguintes situações: Ações com desvios muito significativos; Ações com desvios significativos; Ações com desvios menores; Ações concluídas sem desvios.

A conjugação dos elementos apresentados permite inferir que 80,7% das ações elencadas para 2014 patentearam um grau de execução total ou com desvios pouco significativos, o que constitui um desempenho que se pode considerar como positivo, reforçando-se esta ideia com o facto dos índices de concretização mais elevados terem ocorrido nos programas de prioridade máxima como, por exemplo, no caso da sustentabilidade económico-financeira da ESHTe.

Quadro 2
Grau de concretização das ações previstas para 2014
Dimensão estratégica transversal e integrada

Eixos estratégicos	Programas	Ações em 2014	Grau de concretização das ações			
			(A)	(B)	(C)	(D)
Dimensão estratégica transversal e integrada	1. Posicionamento institucional no quadro do ensino superior público	A1.1 - Integração em instituição universitária de grande dimensão				
		A1.2 - Integração num consórcio de estabelecimentos de ensino superior				
		A1.3 - Manutenção da situação atual de Escola não integrada, mas com valências acrescidas no sistema vertical do ensino do turismo				
		A1.4 - Integração forçada e não negociada em instituição de ensino superior politécnico				
		A1.5 - Revisão dos estatutos da Escola				
	2. Campus escolar e instalações	A2.1 - Novo modelo gestor do espaço e das instalações				
		A2.3 - Recuperação e adaptação de instalações internas e externas à Escola				
		A2.4 - Reparação e renovação de equipamentos nas áreas técnicas de cozinha				
		A2.5 - Apetrechamento das áreas laboratoriais				
		A2.7 - Articulação com o Turismo de Portugal (Modelo atual)				
	3. Sustentabilidade económico-financeira	A3.2 - Criação e monitorização de um sistema contabilístico por centros de custo				
		A3.3 - Revisão dos mecanismos de aprovisionamento ao nível do F&B				
		A3.4 - Criação e monitorização de um sistema de informação de apoio à gestão				
		A3.5 - Reforço da componente de gestão e de administração				
		A3.6 - Divulgação regular do relatório de execução orçamental				
	4. Modernização, qualificação e extensão dos cursos e programas	A4.1- Reestruturação e ampliação da oferta formativa graduada da ESHTe				
		A4.3 - Alargamento progressivo da oferta formativa em língua inglesa				
		A4.4 - Atividade educativa à distância				
		A4.5 - Reforço dos estágios profissionais nas empresas				
	5. Qualificação do corpo docente	A5.1 - Reforço de doutorados e especialistas com currículo adequado				
	6. Desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada	A6.5 - Investigação e Publicação				
	7. Internacionalização	A7.2 - Cooperação com Moçambique				
		A7.3 - Cooperação com Cabo Verde				
A7.8 - Base de dados de escolas de turismo ao nível internacional						

- (A) – Com desvios muito significativos ■
(B) – Com desvios significativos ■
(C) – Com desvios menores ■
(D) – Concluído sem desvios ■

Fonte: Produção própria

Quadro 3
Grau de concretização das ações previstas para 2014
Dimensão operacional e identitária da Escola

Eixos estratégicos	Programas	Ações em 2014	Grau de concretização das ações			
			(A)	(B)	(C)	(D)
Dimensão operacional e identitária da Escola	8. Dimensão institucional	A8.1 - Conceção de um programa de ações que reforcem os valores da Escola e a sua cultura académica				
		A8.2 - Relançamento do sistema de gestão de qualidade				
		A8.4 - Participação nas reuniões do CCISP e da Organização Mundial do Turismo				
		A8.5 - Operacionalização de uma estrutura associada à inovação empresarial e empreendedorismo				
		A8.6 - Apoio à Associação de Antigos Alunos				
	9. Ensino e organização académica	A9.1 - Renovação dos materiais de divulgação da Instituição e dos cursos				
		A9.3 - Renovação da certificação TEDQUAL				
		A9.4 - Acreditação de ciclos de estudos junto da A3ES				
		A.9.5 – Conceção e implementação de um sistema de monitorização dos cursos				
		A.9.6 - Introdução do programa de produção de horários				
	A9.7 - Candidaturas aos cursos da ESHTe					
	10. Serviços e funcionários não docentes	A10.1 - Sistema de Gestão Documental e Workflow				
		A10.2 - Reorganização dos espaços físicos destinados aos Serviços Operacionais				
		A10.3 - Concessão de oportunidades aos funcionários não docentes para participarem em cursos de formação adequados				
		A10.4 - Criação de um manual de procedimentos internos para os serviços, de forma a definir com precisão os mecanismos formais de articulação e de âmbito operacional de cada serviço				
	11. Alunos	A11.1 - Articulação de atividades conjuntas com as estruturas representativas dos alunos				
		A11.4 - Angariação e facilitação de estágios profissionais				
	12. Comunicação e imagem	A12.2 - Versão em línguas estrangeiras do website da Escola				
		A12.4 - Disponibilização de formulários académicos (e outros) no website da Escola				
		A12.7 - Rede de eventos na ESHTe				
	13. Comunidade interna e externa	A13.1 - Reforço da coesão interna entre os vários órgãos da ESHTe				
		A13.2 - Operacionalização efetiva do Conselho Consultivo				
		A13.3 - Artigos de opinião dos docentes da ESHTe				
		A13.4 - Potenciação do observatório permanente da empregabilidade e da situação profissional dos diplomados da ESHTe				
		A13.7 - Museu Virtual do Turismo (MUVITUR)				
	14. Solidariedade e responsabilidade social e ambiental	A14.1 - Promoção do projeto ESHTe SolidAct				
A14.4 - Articulação com instituições de solidariedade social						
A14.5 - Apoio a alunos carenciados						

(A) – Com desvios muito significativos ■

(B) – Com desvios significativos ■

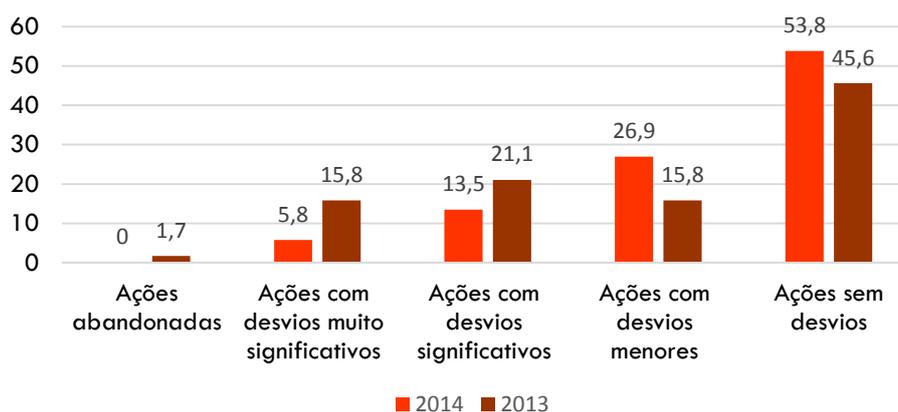
(C) – Com desvios menores ■

(D) – Concluído sem desvios ■

Fonte: Produção própria

Comparativamente ao desempenho observado no ano anterior, o balanço evidencia a diminuição do número relativo de ações com desvios fortes (significativos ou muito significativos) ou mesmo abandonadas, as quais baixaram de uma incidência conjunta de 38,6% para 19,3% em 2014. O Gráfico 1, inserto seguidamente, reflete precisamente esta ocorrência.

Gráfico 1
Plano de atividades
Grau de concretização das ações (em %)



Fonte: Produção própria

Neste contexto, deve-se reconhecer que o contributo facultado pelo exercício de 2014 foi positivo na maioria dos eixos estratégicos definidos no PEMP, relevando-se o equilíbrio atingido ao nível da situação económico-financeira da Escola como um fator determinante, não só porque ajuda a combater a argumentação para um eventual integração não negociada da ESHTe, como permite a necessária estabilização para dinamizar outros programas ou linhas de intervenção.

Por outro lado, convém reter que a ESHTe tem tentado dar resposta a todos os desafios que se inserem no âmbito do seu raio de intervenção direta. Definiu o seu Plano Estratégico de Médio Prazo (2014/17), colocou em prática um conjunto de medidas destinadas a consolidar as suas receitas próprias, introduziu um maior controlo sobre as despesas da instituição, de forma a respeitar os procedimentos recomendados pela IGEC, TC e Fiscal Único e impulsionou várias iniciativas relacionadas com a sua atividade corrente.

Contudo, esta postura pró-ativa não conseguiu ultrapassar, em 2014, dois vetores exógenos à instituição e que são determinantes: o posicionamento institucional no quadro do ensino superior público e a questão das instalações.

No caso do primeiro, intensificou o diálogo com a tutela, rejeitando sempre qualquer decisão de integração compulsiva (espectro que parece mais desanuviado com a recuperação económico-financeira da Escola), mas não logrou a obtenção do entendimento político sobre o futuro. Trata-se de uma constatação que não penaliza a Presidência da ESHTe porque foi até ao limite de intervenção no âmbito da esfera das suas responsabilidades.

Em 2014, a tutela solicitou vários documentos e contributos por parte da ESHTe, os quais foram facultados atempadamente. O argumento da dimensão da Escola e dos vários resultados acumulados negativos no plano financeiro constituíram os fundamentos mais invocados para justificar uma eventual integração compulsiva. Contudo, como se encontram em preparação os suportes legais destinados a rever o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e a estabelecer as condições de funcionamento dos consórcios para o ensino politécnico e universitário, tudo parece indicar que se transferirá a questão do estatuto das Escolas Superiores não Integradas para o corrente ano, ou mesmo para a próxima legislatura.

Por outro lado, no tocante às instalações, as informações disponíveis não são definitivas, tendo presente as alternativas existentes e a monitorização do processo que foi efetuada junto da tutela, da Câmara Municipal de Cascais e do Turismo de Portugal.

Afigura-se, contudo, que nos próximos meses os avanços podem ser mais concretos, atendendo a que a Câmara Municipal de Cascais se encontra num processo negocial com o Turismo de Portugal, visando a transferência para a autarquia da titularidade do terreno onde se localiza o Campus Escolar.

Com efeito, sabendo-se que o Turismo de Portugal está a desativar várias Escolas pertencentes à sua rede, aguarda-se a decisão final sobre o processo. As últimas indicações por parte do município de Cascais apontavam para a clarificação definitiva deste processo até ao final do corrente mês de Abril. Ciente de que a resolução deste assunto pode ter reflexos na preparação do próximo ano letivo, a presidência da ESHTe tem-se desdobrado em contactos junto da autarquia e insistido sobre a importância de se possuir um quadro esclarecedor em relação ao futuro imediato das instalações da Escola.

3. RELATÓRIO E CONTAS

À semelhança do verificado em anos anteriores, a conta de gerência e demais peças finais de prestação de contas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da ESHTe, mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal e consignados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria nº. 794/2000, de 20 de Setembro.

A elaboração das demonstrações financeiras assentou, nomeadamente, nos princípios contabilísticos da consistência, da especialização dos exercícios, da prudência e da materialidade, no pressuposto da continuidade das operações.

A análise efetuada no âmbito do Relatório e Contas incidiu sobre a análise à execução orçamental e às demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) previstas no POC – Educação. Relativamente às demonstrações financeiras, utilizaram-se técnicas de análise comparativa e de apreciação de rácios.

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No cômputo do ano de 2014, a despesa realizada atingiu o valor de 5.518.163 Euros, o que representou 91,6% da dotação orçamental corrigida (6.021.600 Euros). O Quadro 4, a seguir apresentado, confronta a evolução verificada para o último quadriénio:

Quadro 4
ESHTe - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
Execução da despesa

Tipos	2014			2013			2012			2011		
	Orçamento Corrigido	Execução anual	% Execução	Orçamento Corrigido	Execução anual	% Execução	Orçamento Corrigido	Execução anual	% Execução	Orçamento Corrigido	Execução anual	% Execução
Pessoal	5058254	4797174	94,8%	5112438	4944512	96,7%	4423642	4346996	98,3%	5096890	5288930	103,8%
Aquisição de bens e serviços	646351	537335	83,1%	1022107	833576	81,6%	893827	708526	79,3%	809233	629670	77,8%
Transferências correntes	203295	127243	62,6%	190772	162140	85,0%	135736	109237	80,5%	168126	159260	94,7%
Outras despesas	2200	1210	55,0%	9500	7938	83,6%	6500	6442	99,1%	22700	22117	97,4%
Despesas de capital	111500	55201	49,5%	89000	73182	82,2%	96775	88856	91,8%	99500	65761	66,1%
Total	6021600	5518163	91,6%	6423817	6021348	93,7%	5556480	5260057	94,7%	6196449	6165738	99,5%

Fonte: Produção própria

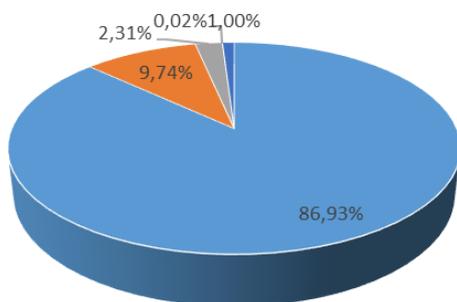
Conforme se pode observar, a despesa concretizada em 2014 baixou 8,4% em relação à observada em 2013, o que reflete o esforço efetuado no sentido da contenção de despesas e

reflete a preocupação da presidência em matéria de gestão financeira face à situação de forte acumulação de resultados transitados negativos nos últimos anos (900,6 mil Euros).

Em termos da distribuição da despesa paga, observou-se que a rubrica de pessoal continuou a representar a parcela mais significativa (86,9% do total), seguindo-se a aquisição de bens e serviços (9,7%). Os Gráficos 3 e 4, seguidamente inseridos, permitem comparar a estrutura da despesa nos últimos dois anos.

Gráfico 3

Execução da despesa - 2014

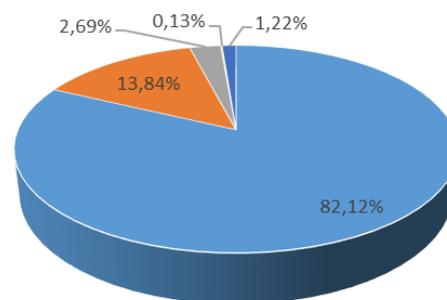


- Pessoal
- Transferências correntes
- Despesas de capital

- Aquisição de bens e serviços
- Outras despesas

Gráfico 4

Execução da despesa - 2013



- Pessoal
- Transferências correntes
- Despesas de capital

- Aquisição de bens e serviços
- Outras despesas

A desagregação revelou uma configuração semelhante nos dois anos, residindo a alteração mais significativa no reforço das despesas de pessoal (em termos relativos e não absolutos) e na consequente diminuição da incidência percentual da aquisição de bens e serviços (9,7% do total contra 13,8% em 2013).

Assinale-se que no caso da aquisição de bens e serviços, o valor pago em 2014 (537.335 €) representou aproximadamente 83,1% do orçamento disponível para este tipo de despesa, o que ilustra na prática não só a concretização das orientações já referidas, mas também o efeito do ano atípico em termos da gestão dos fundos disponíveis, tal como será evidenciado posteriormente neste relatório.

É de referir que, no decurso da execução orçamental deste ano, foi possível regularizar todos os pagamentos em atraso de docentes e de fornecedores da Escola, sendo que neste último caso, a maior parte ainda não se encontravam com faturas vencidas a 31/12/2013. A ESHTe procedeu

também à entrega integral das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, para a ADSE e para a Segurança Social.

Detalhando o controlo orçamental da despesa por principais rubricas, dentro das tipologias atrás apresentadas, pode-se confrontar a situação para os dois últimos anos, nomeadamente para a despesa paga (Quadro 5).

Quadro 5
CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA - Valores em Euros

Tipos de despesas	Ano 2014				Ano 2013				Despesa paga Variação % (2014/13)
	Dotação corrigida	Cativos/ congelamentos	Despesa paga	Grau de execução orçamental (%)	Dotação corrigida	Cativos/ congelamentos	Despesa paga	Grau de execução orçamental (%)	
1. Despesas correntes - Total	5.910.100,00	0,00	5.462.961,59	92,4%	6.334.817,00	82.312,00	5.948.166,66	93,9%	-8,2%
1.1. Pessoal	150.463,00	0,00	141.296,80	93,9%	165.837,00	4.035,00	161.749,37	97,5%	-12,6%
Órgãos sociais	1.701.648,00	0,00	1.518.477,51	89,2%	1.548.276,00	27.042,00	1.517.368,83	98,0%	0,1%
Pessoal dos quadros	1.440.905,00	0,00	1.423.459,76	98,8%	1.486.494,00	45.223,00	1.441.242,49	97,0%	-1,2%
Pessoal além dos quadros	71.578,00	0,00	69.669,27	97,3%	228.294,00	0,00	192.498,26	84,3%	-63,8%
Pessoal em regime de tarefa/avença	99.581,00	0,00	99.580,67	100,0%	106.646,00	1.972,00	103.291,30	96,9%	-3,6%
Subsídios de refeição	537.738,00	0,00	530.056,42	98,6%	520.749,00	0,00	520.742,19	100,0%	1,8%
Subsídio de férias e de Natal	8.050,00	0,00	4.457,88	55,4%	30.650,00	0,00	23.378,97	76,3%	-80,9%
Horas extraordinárias	10.000,00	0,00	4.955,85	49,6%	15.000,00	0,00	12.519,16	83,5%	-60,4%
Ajudas de custo	43.341,00	0,00	43.340,07	100,0%	51.000,00	0,00	50.196,04	98,4%	-13,7%
Colaboração técnica especializada	37.759,00	0,00	37.758,53	100,0%	85.124,00	0,00	74.976,00	88,1%	-49,6%
Contribuições ADSE	590.685,00	0,00	587.668,69	99,5%	546.869,00	0,00	532.694,34	97,4%	10,3%
Contribuições C.G. Aposentações	272.309,00	0,00	272.308,94	100,0%	244.133,00	0,00	241.258,46	98,8%	12,9%
Contribuições Segurança Social	94.197,00	0,00	64.143,74	68,1%	83.366,00	415,00	72.596,52	87,1%	-11,6%
Outras despesas	5.058.254,00	0,00	4.797.174,13	94,8%	5.112.438,00	78.687,00	4.944.511,93	96,7%	-3,0%
1.2. Aquisição de bens e serviços	99.800,00	0,00	95.855,23	96,0%	103.100,00	0,00	97.931,85	95,0%	-2,1%
Matérias-primas e subsidiárias	18.500,00	0,00	14.268,00	77,1%	39.000,00	0,00	28.234,56	72,4%	-49,5%
Alimentação - Refeições confeccionadas	37.000,00	0,00	34.282,98	92,7%	43.000,00	0,00	32.678,00	76,0%	4,9%
Limpeza e higiene	9.000,00	0,00	7.824,63	86,9%	69.343,00	3.625,00	59.885,05	86,4%	-86,9%
Conservação de bens	28.000,00	0,00	18.887,04	67,5%	30.000,00	0,00	27.951,60	93,2%	-32,4%
Hardware informático	25.100,00	0,00	19.208,36	76,5%	30.000,00	0,00	27.231,48	90,8%	-29,5%
Comunicações móveis	9.670,00	0,00	7.875,31	81,4%	22.670,00	0,00	19.297,66	85,1%	-59,2%
Transportes	20.500,00	0,00	19.311,16	94,2%	50.000,00	0,00	47.463,40	94,9%	-59,3%
Deslocações e estadas	32.144,00	0,00	17.223,08	53,6%	88.840,00	0,00	82.031,41	92,3%	-79,0%
Estudos, pareceres e projectos	2.150,00	0,00	2.036,47	94,7%	30.000,00	0,00	29.984,03	99,9%	-93,2%
Seminários	52.134,00	0,00	52.133,00	100,0%	74.350,00	0,00	72.827,14	98,0%	-28,4%
Software informático	177.757,00	0,00	159.631,04	89,8%	97.790,00	0,00	62.738,11	64,2%	154,4%
Outros trabalhos especializados	134.596,00	0,00	88.798,06	66,0%	344.014,00	0,00	245.322,00	71,3%	-63,8%
Outras aquisições	646.351,00	0,00	537.334,36	83,1%	1.022.107,00	3.625,00	833.576,29	81,6%	-35,5%
1.3. Transferências correntes	203.295,00	0,00	127.243,08	62,6%	190.772,00	0,00	162.140,09	85,0%	-21,5%
1.4. Outras despesas correntes	2.200,00	0,00	1.210,02	55,0%	9.500,00	0,00	7.938,35	83,6%	-84,8%
2. Despesas de capital - Total	111.500,00	6.250,00	55.200,91	49,5%	89.000,00	2.625,00	73.181,68	82,2%	-24,6%
Equipamento de informática	53.500,00	4.750,00	26.064,48	48,7%	28.000,00	0,00	19.790,98	70,7%	31,7%
Software informático	30.000,00	0,00	11.445,15	38,2%	0,00	0,00	0,00	:	:
Equipamento administrativo	7.500,00	0,00	592,61	7,9%	1.000,00	0,00	0,00	0,0%	:
Equipamento básico	20.500,00	1.500,00	17.098,67	83,4%	60.000,00	2.625,00	53.390,70	89,0%	-68,0%
Total geral	6.021.600,00	6.250,00	5.518.162,50	91,6%	6.423.817,00	84.937,00	6.021.348,34	93,7%	-8,4%

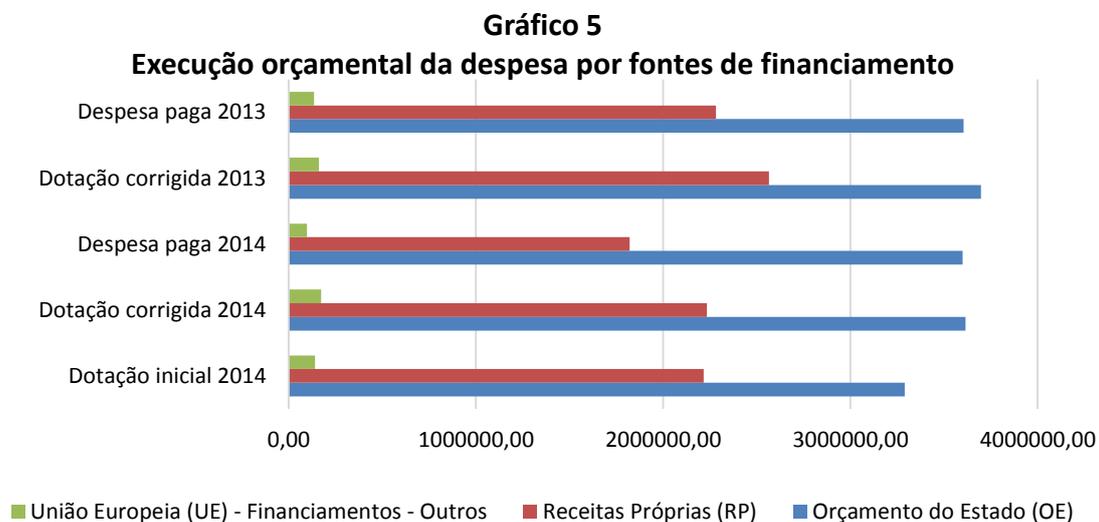
Fonte: Produção própria

Ao nível das despesas de pessoal, detetou-se uma subida, em 2014, dos montantes respeitantes às remunerações do pessoal do quadro (+0,1%), aos subsídios de férias e de Natal (+1,8%) e às contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (+10,3%) e Segurança Social (+12,9%). No sentido contrário, evoluíram as verbas referentes às horas extraordinárias (-80,9%), ao pessoal

em regime de tarefa/avença (-63,8%), às ajudas de custo (-60,4%), às contribuições para a ADSE (-49,6%), à colaboração técnica especializada (-13,7%) e à remuneração dos órgãos sociais (-12,6%).

No caso das aquisições de bens e serviços, deve-se destacar a redução operada na rubrica de matérias-primas e subsidiárias (-2,1%), o que vem reforçar as vantagens, também no plano financeiro, do novo mecanismo processual existente, o qual está de acordo com as disposições legais e que assenta na base da contratação dos fornecimentos por semestres letivos e não de uma forma casuística. As verbas inerentes a comunicações móveis (-29,5%), a transportes (-59,2%), a deslocações e estadas (-59,3%), a estudos, pareceres e projetos (-79,0%) e a seminários (-93,2%), evidenciaram reduções significativas de 2013 para 2014. No caso dos seminários, recorde-se que se incluíram em 2013 as despesas imprevistas relacionadas com o Congresso Euromed, as quais rondaram um valor acima dos 25 mil Euros.

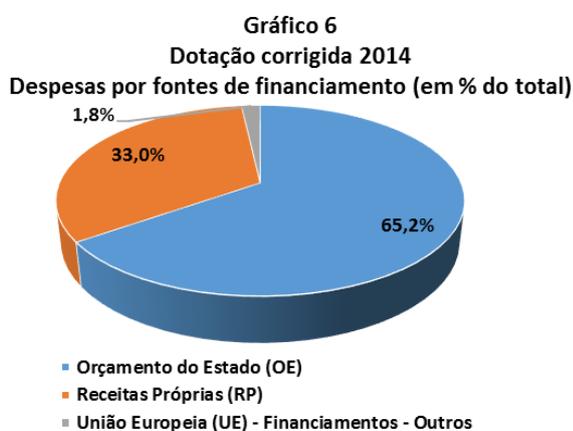
Através do Gráfico 5, reproduzido seguidamente, comparam-se as fontes de financiamento que suportaram a concretização das despesas. No caso da dotação orçamental, incluíram-se, em 2014, os valores correspondentes às verbas inicial e corrigida.



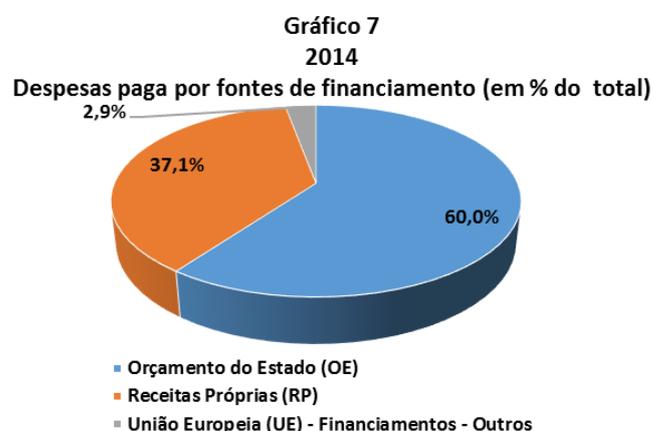
Fonte: Produção própria

Como ressalta da observação do gráfico apresentado, as verbas transferidas do Orçamento do Estado (OE), consignadas na sua totalidade ao pagamento de parte das despesas de pessoal, constituíram invariavelmente a principal fonte de financiamento. No que respeita à dotação orçamental corrigida, a parcela imputável a esta componente era de 65,2%, seguindo-se as receitas próprias da ESHTe com 33,0% (ver o Gráfico 6 na página seguinte). Se mudarmos a ótica de análise para as despesas pagas, as incidências percentuais alteram-se ligeiramente,

aumentando as receitas próprias a sua expressão no total para 37,1%, com consequente baixa das transferências do OE para 60,0% (ver Gráfico 7, abaixo inserto).



Fonte: Produção própria



Fonte: Produção própria

Tenha-se presente que a execução orçamental de 2014 revelou-se apertada até Setembro, em função da necessidade de cumprir as regras estabelecidas para a aplicação dos fundos disponíveis, sendo que a gestão desta componente se mostrou particularmente difícil face à necessidade de pagar o subsídio de férias e de dar cumprimento ao Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional, de 30/05/2014.

Assim, as receitas próprias da Escola foram mobilizadas de uma forma significativa para compensar este acréscimo de despesas (de pessoal) não previstas no orçamento. Em conformidade, a ESHTe teve que retardar determinadas aquisições de bens e serviços, de forma a adiantar parte das suas receitas próprias para satisfazer o incremento das despesas de pessoal, tendo apenas recebido em Novembro de 2014 o reforço orçamental compensatório.

Passando à execução da receita, apurou-se que o montante cobrado líquido, em 2014, atingiu 6.075.560,32 Euros, o que constituiu uma subida de 0,2% face ao valor apurado em 2013 (6.065.073,08 Euros).

O Quadro 6, inserto na página seguinte, possibilita a comparação entre a receita cobrada líquida e as respetivas previsões anuais, tendo como base comparativa os anos de 2014 e de 2013.

Quadro 6
CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA - Valores em Euros

Origem das receitas		2014			2013		
		Previsão corrigida	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental (%)	Previsão corrigida	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental (%)
311	OE - Transferências correntes	3.556.800,00	3.556.800,00	100,0%	3.659.621,00	3.561.449,00	97,3%
311	OE - PIDDAC				29.000,00	25.375,00	87,5%
319	Transferências da FCT	4.700,00	0,00	0,0%	4.700,00	0,00	0,0%
480	Transferências da União Europeia	139.794,00	140.308,43	100,4%	98.500,00	104.901,80	106,5%
510	Receitas próprias	2.231.893,00	2.274.775,45	101,9%	2.555.698,00	2.276.419,07	89,1%
	Propinas	1.951.026,00	1.987.999,44	101,9%	2.057.151,00	1.953.998,18	95,0%
	Taxas diversas	169.095,00	182.147,78	107,7%	344.476,00	185.382,87	53,8%
	Multas e outras penalidades	8.528,00	7.595,84	89,1%	25.000,00	11.269,45	45,1%
	Juros	18,00	71,98	399,9%	2.000,00	39,36	2,0%
	Bancos - Transferências correntes	500,00	29.750,00	5950,0%	10.000,00	14.000,00	140,0%
	Venda de publicações e impressos	6.686,00	2.386,41	35,7%	10.000,00	6.013,87	60,1%
	Outras vendas	6.564,00	5.334,00	81,3%	5.000,00	7.582,50	151,7%
	Estudos, pareceres e projectos	928,00	0,00	0,0%	31.639,00	0,00	0,0%
	Outros serviços	84.948,00	56.790,00	66,9%	45.000,00	98.131,47	218,1%
	Outras receitas correntes	3.600,00	2.700,00	75,0%	25.432,00	1,37	0,0%
540	IEFP	15.303,00	15.301,70	100,0%	7.871,00	7.870,59	100,0%
Receitas correntes - Total		5.948.490,00	5.987.185,58	100,7%	6.355.390,00	5.976.015,46	94,0%
311	OE - PIDDAC	50.000,00	43.750,00	87,5%	21.000,00	18.375,00	87,5%
313	OE - Saldo da gerência anterior	3.016,00	3.014,79	100,0%	2.539,00	2.538,50	100,0%
480	Reposições não abatidas nos pagamentos				4.000,00	5.619,56	140,5%
480	Saldo orçamental na posse do serviço	33.766,00	33.765,17	100,0%	58.712,00	58.711,93	100,0%
510	Reposições não abatidas nos pagamentos	12.320,00	900,00	7,3%	5.000,00	712,71	14,3%
520	Saldo orçamental na posse do serviço	6.945,00	6.944,78	100,0%	3.100,00	3.099,92	100,0%
Receitas de capital - Total		106.047,00	88.374,74	83,3%	94.351,00	89.057,62	94,4%
Total geral		6.054.537,00	6.075.560,32	100,3%	6.449.741,00	6.065.073,08	94,0%

Fonte: Produção própria

Ressalte-se que, em 2014, a receita cobrada líquida superou a previsão orçamental corrigida em +0,3%, tendo contribuído para esta evolução a subida verificada nos montantes das propinas dos alunos (+1,7%) e nas transferências de bancos (+140,0%, como corolário do novo protocolo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos).

Assinale-se igualmente que o aumento na receita decorrente do recebimento das propinas dos alunos derivou não só da circunstância da ESHTe ter aberto no ano letivo 2014/15 mais um mestrado, mas também da recuperação observada no montante de propinas em dívida por parte dos alunos.

O Quadro 7, a seguir apresentado, reflete a situação existente, demonstrando que no ano de 2014 foi possível recuperar cerca de 41,1 milhares de Euros respeitantes a dívidas acumuladas até ao ano letivo 2013/14.

Quadro 7
Dívidas dos alunos (em Euros)

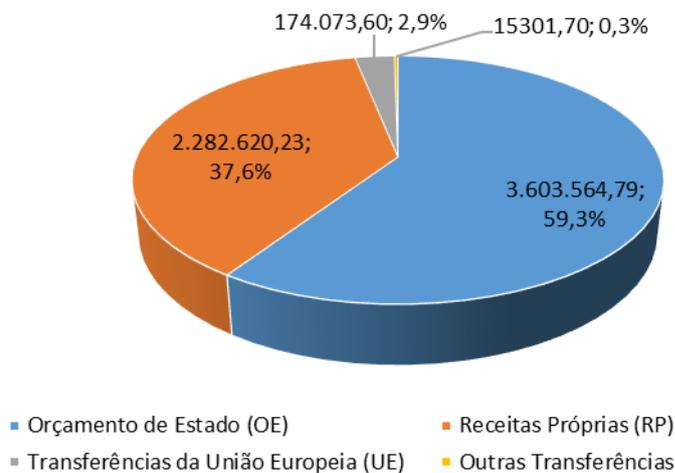
	Anos Letivos				
	Acumulado até 2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	Total
Dívidas em 31/12/2014	327705,30	70142,46	50065,70	68086,81	516000,27
Dívidas em 31/12/2013	329614,10	72342,17	70418,60	84722,03	557096,90
Dívidas recuperadas	-1908,80	-2199,71	-20352,90	-16635,22	-41096,63

Fonte: Produção Própria

Pode-se assim inferir que as iniciativas desencadeadas pela Presidência, para a cobrança dos valores em dívida junto dos alunos, traduziram-se em resultados positivos, apesar de ainda subsistir uma quantia razoável por liquidar e do enquadramento socioeconómico ainda permanecer desfavorável às famílias portuguesas.

Termina-se a referência à receita cobrada em 2014, resumindo a desagregação por fontes de financiamento. O Gráfico 8, que integra a página seguinte, ilustra precisamente esta ocorrência.

Gráfico 8
Receita líquida cobrada em 2014 por fontes de financiamento



Fonte: Produção própria

O saldo orçamental a transitar para o ano de 2015 é de 523,6 mil Euros, excluindo a verba na posse dos serviços de 33765,17 Euros, correspondente ao Programa ERASMUS e destinada a pagar bolsas aos alunos em mobilidade no ano letivo 2014/15.

O desfasamento da disponibilidade das verbas das receitas próprias, a subida do montante destas (por via da recuperação de propinas em atraso e da entrada em funcionamento do novo mestrado) e o esforço de contenção operado ao nível das aquisições de bens e serviços (matérias primas, horas extraordinárias, deslocações e estadas e transportes), explicam o saldo orçamental positivo.

Este saldo resultará praticamente de receitas próprias, pelo que a ESHTe pretende aplicá-lo, em 2015, na concretização de um conjunto de obras inadiáveis ao nível do Campus Escolar, nomeadamente das áreas técnicas, dos equipamentos de suporte, dos laboratórios, das salas de aulas, das instalações dos docentes, entre outras. Tenha-se presente que duas vistorias efetuadas por técnicos da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) resultaram na elaboração de relatórios onde esta entidade reconhece o carácter urgente de intervenção nas instalações e equipamentos afetos à ESHTe, sob pena de se prejudicar gravemente a qualidade do ensino ministrado na Escola.

Neste sentido, a ESHTe irá apresentar um projeto específico para o efeito, devidamente orçamentado ao nível das várias componentes de intervenção, de forma a demonstrar à Direção-Geral do Orçamento e à tutela que a reintegração do saldo em 2015 será canalizada para obras inadiáveis e prioritárias, definidas como tal pela própria DGES.

Este processo de transição de saldos tem suporte legal para o efeito, decorrendo neste momento os contatos operacionais com a Direção-Geral do Orçamento. Com efeito, o Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9/3/2015, ao estabelecer as disposições necessárias à execução do Orçamento de Estado para 2015, determina no artigo 8.º um regime de exceção na transição de saldos, confirmando o já disposto no artigo 114.º da Lei n.º 62/2007 (RJIES).

Por outro lado, a Lei n.º 41/2014, de 10/7/2014, ao estabelecer as disposições em matéria das regras do equilíbrio orçamental, também viabiliza a possibilidade do Ministério das Finanças aceitar alterações orçamentais devido à integração dos saldos de gerência, mediante a apresentação do necessário programa justificativo.

3.1. CONTA DE GERÊNCIA

A conta de gerência relativa ao período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2014 apresentou um volume global de 7.476.170,39 Euros, procedendo-se à sua divulgação no Quadro 8, o qual consta da página seguinte deste documento. Conforme se pode verificar, o total de recebimentos ocorridos durante o período em apreço (7.432.445,65 Euros) superou os pagamentos efetuados no mesmo intervalo temporal (6.918.772,57 Euros), o que decorre da observância dos aspetos já evidenciados anteriormente.

Quadro 8
Conta de gerência (de 1/1/2014 a 31/12/2014)

	(Em euros)
Saldo da gerência anterior	
De dotações orçamentais (OE)	3014,79
De receitas próprias	40709,95
De investimento no plano	
De operações de tesouraria	
	43724,74
Recebimentos na gerência	
De dotações orçamentais (OE)	3556800
De receitas próprias	2431285,58
De investimento no plano	43750
De operações de tesouraria	1400610,07
	7432445,65
TOTAL RECEBIMENTOS	7476170,39
Pagamentos na gerência	
De dotações orçamentais (OE)	3556797,17
De receitas próprias	1918456,43
De investimento no plano	42908,9
De operações de tesouraria	1400610,07
	6918772,57
Saldo para a gerência seguinte	
De dotações orçamentais (OE)	3017,62
De receitas próprias	553539,1
De investimento do plano	841,1
De operações de tesouraria	
	557397,82
TOTAL PAGAMENTOS	7476170,39

Fonte: Produção própria

Confirma-se igualmente que o saldo a transferir para a gerência seguinte assenta sobretudo em receitas próprias, considerando-se na verba, que consta do quadro anterior, a componente ligada às transferências comunitárias correspondentes à gestão do Programa ERASMUS.

3.2. ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período entre 1/1 e 31/12/2014 foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação (POC-Educação), apresentando-se seguidamente uma breve análise da Conta de Resultados e do Balanço.

3.2.1. CONTA DE RESULTADOS

No final do ano de 2014, a ESHTe obteve resultados correntes positivos de 524.631,01 Euros, fruto de resultados operacionais positivos de 524688,62 Euros e de resultados financeiros negativos de 57,61 Euros. Deste modo, o resultado líquido do exercício foi de 550.483,96 Euros, o que constituiu um valor que rompe com a tendência de resultados invariavelmente negativos do passado (em 2013, e face à recuperação efetuada no último trimestre do ano, o prejuízo do exercício foi de 53846,77 Euros, enquanto que em 2012 ascendeu a 303.562,84 Euros).

A formação dos Proveitos e Ganhos Operacionais aparece resumida no Quadro 9, abaixo incluído, podendo observar-se que em termos estruturais, a alteração mais evidente em 2014 prendeu-se com o reforço da rubrica de “Impostos e taxas” (37,1% do total contra 34,7% em 2013), onde se incluem as verbas provenientes dos pagamentos das propinas pelos alunos, as quais tiveram, com já se referiu, uma evolução favorável face ao ano precedente.

Quadro 9
Proveitos e ganhos

Proveitos e ganhos	Ano 2014		Ano 2013		Ano 2012	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
Vendas e prestações de serviços	136.219,36	2,2	109.455,34	1,8	75971,54	1,4
Impostos e taxas	2.295.315,56	37,1	2.081.985,55	34,7	2196544,67	41,0
Transferências e subsídios correntes obtidos	3.728.160,13	60,3	3.784.157,89	63,1	3047214,30	56,8
Proveitos e ganhos financeiros	71,98	0,0	40,35	0,0	17,73	0,0
Proveitos e ganhos extraordinários	25.854,61	0,4	25.121,73	0,4	42428,78	0,8
Proveitos e ganhos totais	6185621,64	100,0	6.000.760,86	100,0	5362177,02	100,0

Fonte: Produção própria

Contudo, continuou a ser determinante na estrutura de proveitos e ganhos as verbas arrecadadas na rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos” (60,3% do total em 2014 contra 63,1% em 2013), onde pontifica claramente o montante decorrente das transferências do Orçamento de Estado, as quais, repete-se, se destinam exclusivamente ao pagamento de despesas de pessoal.

Assinale-se ainda o acréscimo 2014/13 observado nas “vendas e prestações de serviços”, o qual atingiu a expressão de 24,5%.

Passando aos custos e perdas (Quadro 10), os dados contabilísticos existentes apontam para um total de 5.635.137,68 Euros no ano de 2014, o que ficou aquém dos proveitos totais obtidos em 8,9%. Chama-se atenção para a inversão observada também para esta relação, cuja expressão era de sinal contrário no final de 2013 (os custos e perdas excediam em 0,9% os proveitos e ganhos) e de 2012 (superioridade de 5,7% também para os custos e perdas).

Quadro 10
Custos e perdas

Custos e perdas	Ano 2014			Ano 2013			Ano 2012		
	Valor €	%	% (a)	Valor €	%	% (a)	Valor €	%	% (a)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	97.025,31	1,7	1,6	102362,52	1,7	1,7	101570,55	1,8	1,9
Fornecimentos e serviços externos	432.597,68	7,7	7,0	633772,30	10,4	10,6	472954,99	8,3	8,8
Custos com o pessoal	4831533,57	85,7	78,1	4904666,78	81,0	81,7	4613099,7	81,4	86,0
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	121.733,08	2,2	2,0	157007,25	2,6	2,6	103548,6	1,8	1,9
Amortizações do exercício	75.951,80	1,3	1,2	120465,99	2,0	2,0	181686,02	3,2	3,4
Provisões do exercício	68.233,66	1,2	1,1	70056,40	1,2	1,2	131222,6	2,3	2,4
Outros custos e perdas operacionais	7.931,33	0,1	0,1	12728,64	0,2	0,2	7842,58	0,1	0,1
Custos e perdas financeiras	129,59	0,1	0,0	777,99	0,0	0,0	638,85	0,0	0,0
Custos e perdas extraordinárias	1,66	0,0	0,0	52769,76	0,9	0,9	53175,97	0,9	1,0
Custos e perdas totais	5635137,68	100,0	91,1	6054607,63	100,0	100,9	5665739,86	100,0	105,7

(a) - Percentagem face aos proveitos totais

Fonte: Produção própria

Com efeito, o quadro anteriormente apresentado, mostra a estrutura de custos para o triénio em análise, além de incluir a relação percentual face aos proveitos totais. Como decorre da sua leitura, os “custos com pessoal” (85,7% do total no final de 2014) e os “fornecimentos e serviços externos” (7,7% do total no final de 2014) constituíram as rubricas determinantes no total, sendo que, no caso da primeira, a subida na incidência percentual face a 2013 (81,0%), não decorreu de um aumento em valor absoluto (-1,5% em termos de valor absoluto).

Por outro lado, os “fornecimentos e serviços externos” voltaram a aproximar-se em 2014 do quantitativo apurado em 2012 (-8,5%), registando um decréscimo de 31,7% face ao ano anterior. Recorde-se, tal como consta do Relatório de Gestão de 2013, os “fornecimentos e serviços externos” dispararam no período entre 1/1/2013 e 25/9/2013, atingindo um valor (519.606,79 Euros) que já superava em 9,9% o quantitativo apurado para o cômputo de 2012 (472.954,99 Euros). Tratou-se de uma situação que se desviou claramente do previsto e que foi parcialmente atenuada no 4.º trimestre de 2013, onde a verba inerente a esta rubrica se fixou em 114.165,51 Euros contra 519.606,79 Euros no período acumulado até 25/9.

3.2.2. BALANÇO

A síntese das principais rubricas do Balanço surge devidamente refletida no Quadro 11, abaixo reproduzido. A estrutura encontra-se evidenciada em relação ao Ativo Total (100,0%), destacando-se desde já, o facto da superioridade do Passivo em relação ao Ativo ter caído de 41,1% no final de 2013 para 1,0%. Trata-se de uma situação que evidencia o saneamento financeiro introduzido nas contas da Escola em 2014, e que carece de continuação nos exercícios seguintes.

Quadro 11
Rubricas do Balanço

Rubricas do Balanço	Ano 2014		Ano 2013		Ano 2012	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
Ativo Imobilizado	127304,58	6,1	159500,62	11,5	206784,93	12,7
Ativo circulante	1968463,11	93,9	1231277,55	88,5	1420418,59	87,3
Ativo Total	2095767,69	100,0	1390778,17	100,0	1627203,52	100,0
Passivo de Curto Prazo	2117074,05	101,0	1962568,49	141,1	2075975,50	127,6
Passivo de Médio e Longo Prazo		0,0		0,0		0,0
Passivo Total	2117074,05	101,0	1962568,49	141,1	2145147,07	131,8
Fundos Próprios	-21306,36	-1,0	-571790,32	-41,1	-517943,55	-31,8

Fonte: Produção própria

Assinale-se que os Fundos Próprios atingiram, em 2014, o valor ainda negativo de 21306,36 Euros, mas já particularmente distanciado do montante referente a 2013 (-571.790, 32 Euros) ou a 2012 (-517.943,55 Euros. Os Fundos Próprios refletem a diferença entre o que a Escola tem e o que deve a terceiros em determinado momento. Ao longo do tempo, os Fundos Próprios são influenciados por vários fatores, como os resultados obtidos pela instituição, as reavaliações do imobilizado, entre outros, mas a sua expressão crescente deve ser entendida como um sinal de alerta que interessa inverter no futuro imediato. Nesse sentido, a redução dos fundos próprios negativos operada em 2014 (baixou em 550.483,96 Euros face a 2013) deve ser entendida como um sinal positivo que carece de sequência nos exercícios seguintes.

Passando à desagregação do Ativo, importa enfatizar que no final de 2014, a sua expressão líquida cifrava-se 2.095.767,69 Euros, como resultado da diferença entre o seu valor bruto de 4,840.191,52 Euros e o valor das amortizações acumuladas, no montante de 2.744.423,83 Euros (ver Quadro 12, na página seguinte).

Quadro 12

Balço - Principais rubricas do ativo

Ativo	Ano 2014			Ano 2013			Ano 2012		
	Valores Brutos	Amort./Prov.	Ativo Líquido	Valores Brutos	Amort./Prov.	Ativo Líquido	Valores Brutos	Amort./Prov.	Ativo Líquido
Imobilizado									
Imobilizações Incorpóreas									
Propriedade Industrial e outros direitos	198880,90	198880,90		198880,90	198852,68	28,22	198880,90	194269,71	4611,19
Imobilizações Corpóreas									
Equipamento e material básico	877241,50	796490,11	80751,39	853282,37	747083,91	106198,46	799891,67	690814,10	109077,57
Equipamento de transporte	36446,41	36446,41		36446,41	36446,41		36446,41	36446,41	
Equipamento administrativo	1313851,31	1267298,12	46553,19	1294054,68	1240780,74	53273,94	1274263,70	1181250,43	93013,27
Outras Imobilizações Corpóreas	47460,53	47460,53		47460,53	47460,53		47460,53	47377,63	82,90
	2274999,75	2147695,17	127304,58	2231243,99	2071771,59	159472,40	2158062,31	1955888,57	202173,74
Circulante									
Existências									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo									
Dívidas de terceiros - curto prazo									
Clientes C/C	74008,95		74008,95	14000,00		14000,00	16272,50		16272,50
Alunos C/C	1318698,69		1318698,69	1159288,54		1159288,54	1264170,11		1264170,11
Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	397847,76	397847,76		329614,10	329614,10		260342,70	260342,70	
Outros devedores									
	1790555,40	397847,76	1392707,64	1502902,64	329614,10	1173288,54	1540785,31	260342,70	1280442,61
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa									
	557397,82		557397,82	43724,74		43724,74	123275,91		123275,91
Acréscimos e Diferimentos									
Custos Diferidos	18357,65		18357,65	14264,27		14264,27	16700,07		16700,07
Total do Ativo	4840191,52	2744423,83	2095767,69	3991016,54	2600238,37	1390778,17	4037704,50	2410500,98	1627203,52

Fonte: Produção própria

Para melhor visualização do peso das várias rubricas do ativo, chama-se a atenção para o Quadro 13, o qual contém o resumo da estrutura percentual, em 31/12, para o último triênio.

Quadro 13

Desagregação do Ativo Líquido (%)

	2014	2013	2012
Imobilizado	6,1	11,5	12,7
Imobilizações Incorpóreas			
Propriedade Industrial e outros direitos	0,0	0,0	0,3
Imobilizações Corpóreas			
Equipamento e material básico	3,9	7,7	6,7
Equipamento de transporte	0,0	0,0	0,0
Equipamento administrativo	2,2	3,8	5,7
Outras Imobilizações Corpóreas	0,0	0,0	0,0
Circulante			
Clientes C/C	3,5	1,0	1,0
Alunos C/C	62,9	83,4	77,7
Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa	0,0	0,0	0,0
Outros devedores			
	0,0	0,0	0,0
Depósitos em Instituições Financeiras			
	26,6	3,1	7,6
Acréscimos e Diferimentos			
	0,0	0,0	0,0
Custos Diferidos			
	0,8	1,0	1,0
Total do Ativo	100,0	100,0	100,0

Fonte: Produção própria

Saliente-se que o Ativo Circulante representou 66,5% do total em 2014, o que proporcionou uma redução face aos 88,5% detetados no final de 2013. Em contrapartida, e como corolário do saldo orçamental registado, os depósitos em instituições financeiras subiram fortemente a sua incidência no total (26,6% contra 3,1% em 2013).

O valor das dívidas de alunos ascendeu a 1.318.698,69 Euros no final de 2014, revelando uma subida de 159410,15 Euros face ao montante contabilizado no final de 2012 (1.159.288,54 Euros) e de 200.061,92 Euros em relação ao valor apurado em 25/9. Este fato implicou o reforço da provisão para fazer face a dívidas de clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa, a qual se situou em 397847,76 Euros em 31/12/2014.

Clarifique-se, contudo, que este valor não é contraditório com os montante atrás inclusos no Quadro 7 e que se reportavam às dívidas recuperadas até ao final do ano letivo 2013/14 no montante de 41,1 milhares de Euros. Com efeito, nesta rubrica do ativo (“Alunos, c/c”), consideram-se além do montante global das dívidas acumuladas até ao ano letivo 2013/14 (516 mil Euros), as dívidas decorrentes do ano letivo 2014/15 e que deviam ter sido vencidas até 31/12/2014, mais os montantes das propinas ainda não vencidas em 2015 e respeitantes ao ano letivo em curso. Tenha-se presente que os prazos de pagamentos das propinas para o ano letivo 2014/15 foram objeto de um maior fracionamento mensal, observando-se no cômputo geral uma maior proporção de pagamentos em 2015.

Entrando na análise do Passivo, começa-se por apresentar a sua estrutura através do Quadro 14):

Quadro 14

Passivo

Passivo	Ano 2014		Ano 2013		Ano 2012	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
Dívidas a terceiros de curto prazo	2300*	0,1				
Fornecedores C/C					10246,01	0,5
Fornecedores de Imobilizado C/C						
Estado e Outros Entes Públicos					58925,56	2,7
Outros credores						
					69171,57	3,2
Acéscimos e diferimentos						
Acéscimo de Custos	643820,87	30,4	623182,01	31,8	697399,88	32,5
Proveitos Diferidos	1470953,18	69,5	1339386,48	68,2	1378575,62	64,3
	2114774,05	99,9	1962568,49	100,0	2075975,50	96,8
Total do Passivo	2117074,05	100,0	1962568,49	100,0	2145147,07	100,0

* - Valor referente ao valor do IVA cobrado em Dezembro de 2014 e que já foi entregue ao Estado em Fevereiro de 2015.

Fonte: Produção própria

Pode-se constatar que o passivo atingiu o quantitativo global de 2.117.074,05 Euros no final de 2014, o que originou um acréscimo de 7,7% em relação ao valor registado no final de 2013 (1.962.568,49 Euros).

Por outro lado, e tal como evidencia o quadro anterior, a ESHTe não possuía no final de 2014 qualquer dívida a terceiros com exigência de curto prazo, o que constitui um fato relevante em termos da própria imagem da instituição. Faça-se notar que a verba de 2.300 Euros inscrita como “dívidas a terceiros de curto prazo” em 2014, em nada contraria esta asserção, já que se reporta ao cumprimento do mecanismo legal do IVA recebido através de uma prestação de serviços, cujo montante foi arrecadado em dezembro de 2014 e objeto de uma entrega posterior ao Estado (aliás, já concretizada em fevereiro de 2015).

Na estrutura do Passivo releva-se igualmente a rubrica “Acréscimo de Custos”, no montante de 643.820,87 Euros em 31/12/2014 (30,4% do total), e que se reportam sobretudo a encargos com remunerações a liquidar.

Por outro lado, os Proveitos diferidos, no montante de 1.470.953,18 Euros em 31/12/2014, dizem respeito sobretudo ao diferimento do valor relativo a propinas para o ano letivo 2014/15, na proporção que respeita ao ano de 2015.

Embora revista um caráter acessório, proceder-se-á de imediato à apreciação de um conjunto de rácios que permitirão aquilatar a situação em termos de rendibilidade, endividamento, autonomia financeira, solvabilidade e liquidez. Com efeito, a leitura dos indicadores económicos e financeiros, deve ter sempre em consideração que a ESHTe está integrada no sector público administrativo, o que condiciona a interpretação dos resultados, os quais podem refletir valores menos comuns, mas que certamente encontrarão a sua explicação na ponderação das especificidades do próprio organismo enquanto instituição do ensino superior público.

Tendo presente sempre esta ressalva, selecionaram-se os indicadores que constam do Quadro 15 (incluído na página seguinte) e que se reportam aos últimos quatro anos.

Quadro 15
Indicadores económico-financeiros

	2014	2013	2012	2011
Rácios de Rentabilidade				
Rentabilidade do volume de negócios	23%	-2%	-13%	-23%
Rentabilidade do ativo total	26%	-4%	-19%	-30%
Rácios de Endividamento				
Rácio de endividamento geral	101%	141%	132%	112%
Rácios de endividamento de curto prazo	101%	141%	132%	112%
Outros Rácios				
Rácio de Autonomia Financeira	-1%	-41%	-32%	-12%
Rácio de Solvabilidade	-1%	-29%	-24%	-10%
Rácio de Liquidez Geral	93%	63%	66%	74%

Fonte: Produção própria

Como nota geral, saliente-se a melhoria evidenciada para todos os rácios de autonomia financeira, de solvabilidade e de endividamento geral em 2014, tomando como base de comparação os valores homólogos dos três anos anteriores.

No caso dos rácios de rentabilidade, observa-se que passaram logicamente a ter uma expressão positiva, enquanto que os rácios de endividamento deixam transparecer uma situação muito mais favorável em 2014, com os capitais alheios quase a atingirem uma situação de paridade em reação aos valores do ativo.

Finalmente, os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade revelaram valores, em 2014, muito próximos do limiar positivo, ao passo que o rácio de liquidez geral atingiu uma expressão mais próxima dos 100% (93%), limite a partir do qual a instituição evidencia possuir ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamento final, enfatize-se a inversão ocorrida na situação económico-financeira da ESHTe em 2014, o que vem diminuir o espectro da ameaça de integração forçada num instituto politécnico. A argumentação da reduzida dimensão da Escola e as evidências de uma situação económico-financeira mais desfavorável do que a existente na maioria dos estabelecimentos de ensino superior politécnico, constituíam a base justificativa para se caminhar nesta direção, como foi referido amiúde pela tutela.

Sabendo-se que o problema da ESHTe não reside nos níveis da procura por parte dos alunos, ainda se tornava mais incompreensível para a tutela e para as entidades que auditaram a Escola, a persistência na obtenção de prejuízos anuais significativos, os quais em termos de resultados transitados já ultrapassavam os 900 mil Euros.

Os resultados de 2014, beneficiados em termos da execução orçamental por um ano atípico, evidenciaram que a ESHTe tem condições para gerar resultados anuais equilibrados, sendo essencial no futuro continuar com a implementação das medidas que constam do Plano Estratégico de Médio Prazo (2014/17) e que integram o programa de “Sustentabilidade económico-financeira”.

A estabilidade económico-financeira da ESHTe reveste uma prioridade fundamental, não só para garantir a atividade corrente da Escola, mas também para proporcionar a margem de segurança que permita suportar a expansão e o desempenho nas outras áreas estratégicas definidas.

Como nota final, refira-se que nos termos da legislação em vigor, as contas da ESHTe referentes ao ano de 2014 obtiveram a respetiva certificação legal por parte do Fiscal Único da Escola.

Estoril, em 16 de Abril de 2015